

Relatório UTAO n.º 6/2019

Nota rápida sobre as contas das
Administrações Públicas: janeiro a
dezembro de 2018

Coleção: Acompanhamento da execução orçamental em
contabilidade nacional

28 de março de 2019

Ficha técnica

A análise efetuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República. Nos termos da [Lei n.º 13/2010, de 19 de julho](#), a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe assessoria técnica especializada através da elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre gestão orçamental e financeira pública.

Esta análise foi realizada com base em informação disponível até ao dia 27 de março de 2019, tendo sido orientada e revista por Rui Nuno Baleiras, e elaborada por Patrícia Silva Gonçalves.

Título: Nota rápida sobre as contas das Administrações Públicas: janeiro a dezembro de 2018

Coleção: Acompanhamento da execução orçamental em contabilidade nacional

Relatório UTAO N.º 6/2019

28 de março de 2019

Data de fecho para receção de informação processada: 27 de março de 2019

Disponível em:

<http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIIIILEG/5COFMA/Paginas/utao.aspx>

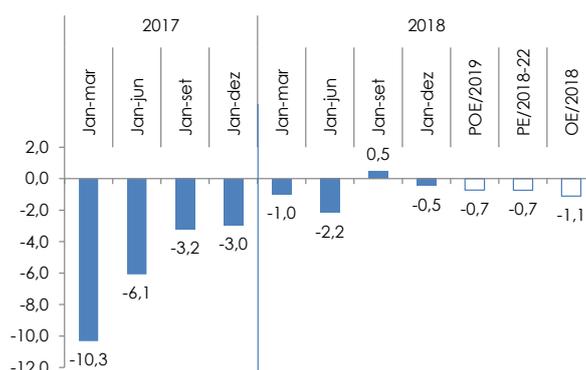
1. Introdução

A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e a informação incluída na 1.ª Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), ambas divulgadas no dia 26 de março corrente. Esta informação antecede a análise trimestral detalhada, que será divulgada em meados de abril.

2. Saldo orçamental das Administrações Públicas no período de janeiro a dezembro de 2018

1 Em 2018, o saldo das Administrações Públicas em contabilidade nacional ascendeu a – 912,8 M€, fixando-se em – 0,45% do PIB, um resultado que superou as metas oficiais que foram sendo definidas para o conjunto do ano. O saldo orçamental apurado pelo INE para o conjunto ano situou-se, deste modo, ligeiramente abaixo do valor central da estimativa avançada de – 0,4% do PIB realizada pela UTAO em meados de março, publicada no [Relatório UTAO n.º 4/2019](#), e dentro do intervalo de – 0,6% a – 0,2% do PIB considerado no âmbito da estimativa. Este resultado superou quer a meta anual para o saldo orçamental definida aquando da apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2018 (POE/2018, outubro de 2017), quer a meta posteriormente revista em alta no Programa de Estabilidade para o quinquénio 2018 a 2022 (PE/2018–22, abril de 2018) e confirmada na POE/2019 (outubro). O Gráfico 1 representa estas metas e, ainda, a evolução dos saldos ao longo dos dois últimos anos.

Gráfico 1 – Saldo das Administrações Públicas em contas nacionais
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de medidas temporárias e/ou não-recorrentes.

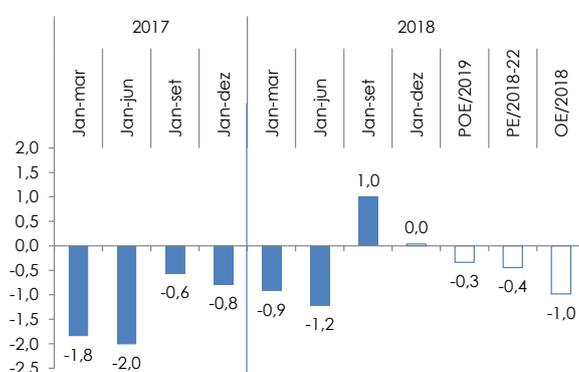
2 Com a divulgação das contas nacionais do 4.º trimestre de 2018, o INE reviu os resultados por setor institucional que haviam sido publicados até setembro. As revisões refletem a incorporação de nova informação no âmbito do calendário regular de revisão destas estatísticas. No período de janeiro a setembro de 2018, por exemplo, o saldo das Administrações Públicas foi revisto em baixa, de 0,7% do PIB para 0,5% do PIB. O saldo orçamental para o conjunto do ano de 2017 manteve-se inalterado em 3,0% do PIB.

3 Excluindo o impacto de medidas temporárias e/ou não-recorrentes, o saldo orçamental das Administrações Públicas registou em 2018 uma posição equilibrada. As operações com efeitos de natureza temporária e/ou não-recorrente realizadas em 2018 contribuíram, no seu conjunto, para onerar o saldo das Administrações Públicas em 0,5 p.p. do PIB. O saldo ajustado, que exclui o efeito daquelas medidas, cifrou-se, por conseguinte, em 0,0% do PIB (Gráfico 2). De entre as operações que tiveram um impacto negativo no saldo das Administrações Públicas em 2018, destaca-se a ativação do mecanismo de capitalização contingente do Novo Banco (0,4% do PIB). No sentido do agravamento do saldo, há ainda a assinalar um conjunto de operações de menor dimensão (que ascenderam, no total, a 0,2% do PIB): a decisão judicial de pagamento de indemnização da Câmara Municipal de Lisboa a particulares pelo incumprimento de um contrato de doação, a conversão de ativos por impostos diferidos, a concessão de garantia à SATA Air Açores pelo Governo Regional dos Açores e o pagamento de indemnizações e despesas de reconstrução na sequência dos incêndios de 2017. Em sentido contrário, a recuperação

de parte da garantia do BPP teve um impacto positivo sobre o saldo das Administrações Públicas (0,1% do PIB). De referir, no entanto, que esta operação assumiu no decorrer de 2018 um valor inferior ao projetado para o conjunto do ano pelo Ministério das Finanças, tendo-se cifrado em 166 M€, ao invés de 363 M€. O remanescente desta operação transitou para 2019.

4 O saldo das Administrações Públicas em 2018 aumentou em 2,5 p.p. do PIB, uma melhoria para a qual contribuiu, em grande medida, o impacto das medidas pontuais e/ou não-recorrentes. O saldo orçamental registado em 2018 situou-se 2,5 p.p. do PIB acima do havia sido registado em 2017 (Gráfico 1). O maior contributo para este aumento adveio das medidas de natureza temporária e/ou não-recorrentes, cujo impacto negativo sobre o saldo orçamental se reduziu em 1,7 p.p. do PIB em 2018 por comparação com 2017. Recorde-se que, no conjunto do ano de 2017, aquelas medidas penalizaram o saldo orçamental em cerca de 2,2% do PIB, valor maioritariamente associado à operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (já que esta ascendeu a 2,0% do PIB). Em 2018, o impacto negativo das medidas temporárias e/ou não-recorrentes reduziu-se para 0,5% do PIB, conforme detalhado no parágrafo anterior. Por sua vez, o saldo orçamental expurgado do efeito de medidas temporárias e/ou não-recorrentes contribuiu, em 2018, em 0,8 p.p. do PIB para a melhoria do saldo orçamental não ajustado das Administrações Públicas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Saldo das Administrações Públicas em contas nacionais corrigido do efeito de medidas temporárias e/ou não-recorrentes
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: O saldo orçamental de 2017 foi ajustado do efeito da entrega de aviões F-16 à Roménia, da recuperação de parte da garantia do BPP, da conversão de ativos por impostos diferidos no setor bancário, dos swaps da STCP e da Carris, da inconstitucionalidade da taxa de proteção civil de Lisboa, das indemnizações e reconstrução na sequência dos incêndios de 2017 e da recapitalização da CGD. Em 2018, o saldo orçamental foi ajustado do efeito das indemnizações e reconstrução na sequência dos incêndios de 2017, da recuperação de parte da garantia do BPP, da conversão de ativos por impostos diferidos, do acionamento do mecanismo de capitalização contingente do Novo Banco pago pelo Fundo de Resolução, da decisão judicial de pagamento de indemnização pela Câmara Municipal de Lisboa a particulares por incumprimento de um contrato de doação e da concessão de garantia à SATA Air Açores pelo Governo Regional dos Açores.



UTAO | UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

AV. DOM CARLOS I, N.º 128 A 132 | 1200-651 LISBOA, PORTUGAL

<http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIII/LEG/5COFMA/Paginas/utao.aspx>